



## **II Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población**

Guadalajara, México, 3 – 5 de Septiembre de 2006

**La demografía latinoamericana del siglo XXI  
Desafíos, oportunidades y prioridades**

### **Ocupação e fecundidade: Uma análise introdutória através da parturição, da idade ao ter os filhos e do intervalo intergenésico**

**Cláudio Santiago Dias Júnior**

Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais  
santiago@cedeplar.ufmg.br

**Ocupação e fecundidade:  
Uma análise introdutória através da parturição, da idade ao ter os filhos e do  
intervalo intergenésico<sup>♦</sup>**

**Cláudio Santiago Dias Júnior<sup>♣</sup>**

**1- Introdução**

Um dos maiores desafios para a demografia do século XXI é entender as causas do declínio continuado da fecundidade e os efeitos que esse fenômeno trará para a sociedade. Em relação às causas, ainda estamos longe de um consenso, uma vez que os especialistas ainda não conseguiram estabelecer um arcabouço teórico suficientemente robusto e coeso para explicar os mecanismos que desencadeiam esse fenômeno. Em contrapartida, os efeitos do declínio da fecundidade estão cada vez mais claros para os demógrafos, sendo que o aumento da proporção de idosos é um dos aspectos mais relevantes.

De acordo com as Nações Unidas, entre 1950 e 2000, ocorreu uma profunda transformação na TFT global, que passou de 5,01 filhos por mulher em 1950 para 2,82 filhos por mulher em 2000. Nesse ano foram identificadas TFT's abaixo do nível de reposição em diversos países e regiões. O caso brasileiro não foi diferente. As nossas taxas de fecundidade começaram a declinar no final dos anos sessenta e início dos anos setenta. Nesse período a TFT era de 5,8 filhos por mulher, passando para 2,34 filhos por mulher em 2000, uma redução de 3,4 filhos em trinta anos.

Concomitantemente ao declínio da fecundidade, um outro fenômeno social de suma importância foi observado: o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. De uma maneira geral, os ganhos na PEA feminina, entre 1950 e 2000, foram intensos em todos os países, independentemente das características culturais, políticas e econômicas. O caso brasileiro acompanhou a tendência mundial. Desde a década de 40 que se observa um aumento tímido, mas gradativo, nas taxas de atividade feminina no Brasil. Esse aumento ganhou fôlego a partir da década de 70, devido ao rápido processo de industrialização, e posteriormente, na década de 80, com a ampliação do setor de serviços. Na década de 90 observamos uma estabilização nessas taxas. Para muitos estudiosos dessa questão, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho pode ser explicada pelo aumento da escolaridade das mulheres, pelo achatamento salarial dos homens, pela ampliação do setor terciário e informal, pelas mudanças no padrão da família, pelo desenvolvimento de novas tecnologias para o serviço doméstico, pela ocidentalização dos costumes e da produção, dentre outros fatores (GIDDENS, 2004).

Podemos observar que o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho ocorreu simultaneamente ao declínio da fecundidade. Apesar dessa constatação, diversos especialistas reconhecem a dificuldade de se estabelecer uma conexão entre esses dois fenômenos. A falta de consenso na literatura em relação à direção causal entre a participação da mulher no mercado de trabalho e a fecundidade nos faz crer na interdependência desses fenômenos. Acreditando nessa interdependência, colocamos algumas indagações que achamos pertinentes ao debate atual: haveria alguma relação entre o tipo de trabalho realizado pelas mulheres com a decisão e estratégias utilizadas por elas em relação à maternidade (número de filhos, idade ao tê-los e o espaçamento entre os nascimentos)? Essas questões vão ao encontro

---

<sup>♦</sup> Trabajo presentado em el II Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado em Guadalajara, México, del 3 al 5 de septiembre de 2006.

<sup>♣</sup> Doutorando em Demografia (Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais)

de alguns estudos, principalmente das Nações Unidas, que têm observado uma importante relação entre a ocupação da mulher e o declínio da fecundidade. Esses estudos observam que quanto maior a proporção de mulheres ocupadas e quanto mais modernos os setores onde elas atuam, maior o impacto no declínio da fecundidade.

Diante dessas questões, definimos como objetivo principal deste trabalho a exploração da relação entre a ocupação da mulher e a sua fecundidade. Para se alcançar esse objetivo, essa relação será observada a partir de dois aspectos referentes à fecundidade: o primeiro em relação ao nível da fecundidade e o segundo em relação à estrutura da fecundidade.

Para realizar esse estudo, utilizaremos os dados do censo populacional brasileiro do ano 2000.

## **2- Justificativa**

A compreensão da fecundidade se tornou, novamente, um desafio para a demografia. Novos padrões reprodutivos estão surgindo, e com eles, novas questões que colocam em xeque a capacidade explicativa da demografia. Dentre as questões apresentadas pelo novo padrão reprodutivo, destacamos as taxas de fecundidade total abaixo do nível de reposição. Diversas pesquisas têm demonstrado que esse fenômeno está deixando de ser um evento exclusivamente europeu para se tornar um evento mundial (UNITED NATIONS, 2002). O problema observado nesse processo é que ao chegar ao nível de reposição (2,1 filhos por mulher), a fecundidade não se estabiliza; ao contrário, continua caindo para índices alarmantes, como os encontrados no norte da Itália (0,7-0,8 filhos por mulher) (CHESNAIS, 1999).

Como todo fenômeno social recente, os demógrafos ainda não possuem um instrumental capaz de lidar com as questões que decorrem da fecundidade abaixo do nível de reposição. Em termos matemático-estatísticos temos observado um grande avanço perpetrado por diversos autores, mas em termos substantivos, as explicações para o declínio da fecundidade para níveis abaixo da reposição, e suas conseqüências para as sociedades, ainda são preliminares. De acordo com NAMBOODIRI & WEI (1998), as teorias correntes sobre a fecundidade não são suficientes para explicar esse fenômeno, e, além disso, não são capazes de predizer até onde o declínio da fecundidade poderá ir.

Diante dessa realidade, é importante conhecermos tanto as motivações que levam a uma TFT abaixo do nível de reposição, quanto os desdobramentos que esse fenômeno produzirá nas estruturas etárias, e por conseqüência, nas esferas sociais e econômicas das sociedades. A busca dessas motivações e desdobramentos exige estudos mais substantivos, com novas abordagens teóricas e metodológicas.

Mesmo com a possibilidade de a fecundidade brasileira estar caminhando para níveis abaixo da reposição (a confirmação dessa mudança é esperada para os próximos anos), ainda há razões suficientes para desvendarmos os mecanismos que levam aos diferenciais socioeconômicos da fecundidade. Acreditamos que os aspectos ocupacionais podem ajudar nas explicações de tais diferenciais. Essa alternativa é interessante porque, dentre outras coisas, afasta-se do senso-comum que considera os diferenciais socioeconômicos da fecundidade como resultado do acesso ou não aos métodos contraceptivos.

De acordo com as Nações Unidas, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho tem promovido uma importante redução nas taxas de fecundidade. Em um estudo utilizando os dados da DHS (*Demographic Health Survey*), as Nações Unidas encontraram uma relação entre o tipo de trabalho exercido pela mulher e a sua fecundidade. Esse estudo observou que o declínio da fecundidade será maior ou menor

dependendo da ocupação da mulher (UNITED NATIONS, 1985). Mesmo com essas evidências empíricas, a utilização de informações sobre o status ocupacional e os tipos de atividade exercidos pela mulher nos estudos sobre a fecundidade vêm sendo negligenciadas pela literatura mundial (VILLAREAL, 1996). Em relação ao caso brasileiro, a situação é ainda pior. A utilização das informações conectando componentes da fecundidade com o status ocupacional da mulher brasileira é praticamente inexistente, fato que reforça a urgência de estudos nessa direção.

Nesse sentido, o nosso artigo procura introduzir dois aspectos que consideramos importantes para a compreensão dos novos regimes reprodutivos que estão se formando no Brasil. O primeiro aspecto se refere à incorporação de informações sobre o status ocupacional das mulheres, o segundo aspecto se refere à utilização de dados sobre a história de nascimentos. Com esse instrumental, acreditamos ser possível contribuir para o entendimento de alguns fatores que possam estar produzindo as TFT's abaixo do nível de reprodução.

### **3- Metodologia e dados**

Durante os últimos anos, um crescente consenso tem surgido entre os demógrafos sobre a necessidade de explorar novas formas de trabalhar a fecundidade. A principal medida dessa componente demográfica, a TFT de período, tem se mostrado insuficiente para o entendimento do processo reprodutivo atual, uma vez que ela não consegue agregar em suas medidas qualquer informação de coorte (SCHOEN, 2006). Essa constatação coloca na agenda dos estudos populacionais a necessidade de se criar novos mecanismos que sejam capazes não só de medir a fecundidade em um determinado ponto no tempo, mas de agregar os aspectos relacionados com a distribuição da parturição no ciclo-de-vida das mulheres. A utilização de informações como a idade ao ter os filhos e o espaçamento entre eles, proporciona um salto qualitativo muito grande nas análises demográficas, garantindo, entre outras coisas, uma sensível melhoria nas projeções populacionais e na formulação de políticas públicas (BUDIG, 2003). Nesse sentido, a utilização de dados sobre a história de nascimento surge como um novo norte para os estudos da fecundidade, mesmo a despeito das dificuldades em obtê-los.

Acreditamos que além da necessidade de informações adicionais sobre a fecundidade, o estudo dessa componente demográfica tem que estar vinculado a outros fenômenos sociais. Diante disso, propomos nesse trabalho a introdução de variáveis referentes ao trabalho da mulher. Essa nova experiência pode ajudar nas abordagens sobre os estudos da fecundidade, principalmente em se tratando de dados brasileiros. A interface fecundidade/trabalho utilizando dados sobre a história de nascimentos coloca novas possibilidades e novos desafios para lidar com o novo perfil reprodutivo da sociedade brasileira.

#### **3.1 A construção do banco de dados**

A nossa primeira escolha foi trabalhar com as informações referentes à família, pois ela nos permite obter um número maior e mais preciso sobre o histórico da fecundidade das mulheres. Apesar disso, tivemos que assumir o pressuposto de que as mulheres, chefe ou cônjuge, presentes nas famílias, eram mães ou madrastas dos filhos ou enteados presentes.

O segundo passo foi eliminar do banco de dados todas as pessoas que não foram classificadas como responsável da família, cônjuge ou companheiro (a) e filho (a) ou enteado (a). Essa escolha foi derivada da necessidade de se construir o histórico da fecundidade da mulher, a partir da ordem de nascimento dos filhos. Com isso, aqueles

indivíduos classificados como pai ou mãe, neto, bisneto, irmão, irmã, outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico, parente do empregado doméstico e outros, em relação ao chefe da família, foram eliminados.

Após esse corte, uma mulher sem filhos só poderia ser classificada como filha, cônjuge ou responsável pela família. Já uma mulher com filhos, só poderia ser classificada como responsável pela família ou como cônjuge. Após esse procedimento, apenas os homens e as mulheres, de todas as idades, classificadas como responsáveis pela família, cônjuge ou filhos, foram mantidos no banco de dados.

Após a eliminação dos indivíduos que não eram objeto de nossa análise, a primeira variável construída foi o número de filhos na família. Com a informação referente aos filhos presentes na família, foi possível construir a variável que identifica as mulheres que têm, junto de si, todos os filhos nascidos vivos; as mulheres que “perderam” algum(s) de seus filhos (óbito ou por qualquer outro fator); e as mulheres que “ganharam” algum filho, a partir de um novo casamento, por exemplo.

Esse cálculo foi realizado subtraindo do número de filhos nascidos vivo declarado por cada mulher, da soma de filhos presentes em cada família. Se o número de filhos nascidos vivo fosse o mesmo dos filhos presentes na família, essa mulher receberia zero. Se houvesse diferença entre os filhos nascidos vivo e filhos presentes, essa mulher receberia um número diferente de zero.

A partir do cálculo mencionado acima, dois conceitos foram construídos: família com todos os filhos nascidos vivos presentes na residência, que denominamos de **FAMÍLIA COMPLETA** e família com a ausência de pelo menos um filho nascido vivo (morte ou outro motivo), que denominamos de **FAMÍLIA INCOMPLETA**. O primeiro tipo de família pode ser observado em duas situações: (1<sup>a</sup>) quando o número de filhos nascidos vivos declarado pela mulher é igual ao número de filhos presentes na família; (2<sup>a</sup>) quando a mulher, chefe ou cônjuge, não tem filhos. Já a família incompleta é observada quando o número de filhos nascidos vivos declarado é maior ou menor do que o número de filhos na família. Para as mulheres desse subgrupo não é possível construir toda a história reprodutiva.

Após a caracterização das mulheres a partir do tipo de família (completa e incompleta), passamos a focar a nossa análise na seleção das mulheres a serem estudadas. Como as principais variáveis para o nosso estudo - fecundidade e status ocupacional da mulher - são afetadas pelos estágios do ciclo-de-vida, tivemos que selecionar certos grupos etários imunes, ou quase imunes, desses efeitos. Nesse sentido, foi necessário selecionar um grupo etário cuja probabilidade de alteração na fecundidade e na forma de inserção no mercado de trabalho não fosse significativa, e sim marginal (FONG, 1976).

De acordo com PASTORE & SILVA (2000), para analisar a participação dos indivíduos no mercado de trabalho é preciso selecionar uma idade onde não ocorram muitas oscilações em relação às mudanças ocupacionais. Para esses autores, o corte inferior aos 30 anos de idade é razoável, pois garante uma análise mais robusta do status ocupacional. Nessa idade o indivíduo já definiu o seu ramo de atuação profissional, não havendo grandes probabilidades de mudanças radicais em relação à profissão escolhida. Em relação à fecundidade, o corte inferior aos 30 anos também é razoável, uma vez que nessa idade o ciclo reprodutivo das mulheres já está próximo de se tornar completo. MIRANDA-RIBEIRO (2004) destaca que no ano 2000 a idade média da mulher brasileira ao ter o quarto filho era de 29,27 anos. Como o total de mulheres com parturição acima de dois filhos está declinando rapidamente, podemos considerar que o corte inferior aos 30 anos nos garante um grande número de mulheres com a parturição praticamente completa.

Para definirmos o corte superior de idade das mulheres a serem analisadas levamos em consideração dois aspectos. O primeiro deles foi o de alcançar o maior número possível de mulheres que estivesse trabalhando e o segundo foi o de ter o maior número de mulheres com família completa, ou seja, mulheres com a presença de todos os filhos nascidos vivos. Optamos então pelo corte superior aos quarenta e cinco anos de idade. Essa escolha se deu porque nessa idade a fecundidade está praticamente encerrada, a presença de todos os filhos na família é maior e, além disso, entre 30 e 45 anos temos o pico da participação das mulheres no mercado de trabalho (SOARES & IZAKI, 2002).

Após selecionarmos as mulheres pelo seu status na família e a sua idade, nos defrontamos com outra decisão fundamental: utilizar apenas as mulheres de família completa, ou utilizar as mulheres de família completa e incompleta?

A utilização das mulheres com família completa nos fornece um alto grau de certeza em relação à história de nascimentos, mas perdemos em abrangência, uma vez que esse grupo de mulheres equivale a cerca de 70% da amostra total de mulheres entre 30 e 45 anos de idade. Ao optarmos por esse grupo, teremos um grau de seletividade maior, uma vez que superestimamos as mulheres em melhores condições de vida e subestimamos as mulheres menos favorecidas em nossa sociedade<sup>1</sup>. Destacamos que essa escolha nos impede de expandir nossos resultados para o Brasil.

A utilização de informações de mulheres com família completa e incompleta produz um grau maior de imprecisão, uma vez que nesse grupo de mulheres temos um elevado número de *missing* em relação às informações sobre os filhos. Em compensação, teríamos uma amostra maior e mais heterogênea, que se aproximaria mais da realidade das mulheres brasileiras.

Como o censo populacional do IBGE não estava preocupado com a história de nascimentos das mulheres, as informações coletadas foram apenas sobre os filhos presentes na família. Para amenizar essa situação, um complexo exercício estatístico seria necessário para imputar valores nos *missing* da variável idade dos filhos que não foram coletadas diretamente pelo censo, e a partir daí gerar a idade da mãe ao ter os filhos que estão ausentes.

Para cumprir satisfatoriamente os objetivos desse trabalho, teríamos que ter todas as informações sobre a parturição das mulheres. Essa exigência não pode ser cumprida, uma vez que praticamente 30% de nossa amostra sofre de alguma restrição de informação, ou seja, não possui as informações da idade e da ordem de nascimento sobre todos os filhos nascidos vivo declarados pelas mulheres. A saída mais simples para essa situação é restringir as análises no grupo de indivíduos com todas as informações, o que é conhecido como *List-wise deletion*. Nesse sentido, assumimos que os casos descartados por falta de informações têm as mesmas características dos casos completos. Espera-se com essa alternativa metodológica que tenhamos uma análise sem vies. Isso só ocorrerá caso os dados restantes sejam uma sub-amostra aleatória da amostra original. Essa exigência, no nosso caso, não é satisfeita, uma vez que o vies de seletividade fica claro ao separarmos as mulheres por grupos de família completa e incompleta.

Outro método utilizado para solucionar a ausência de informações é a substituição dos *missing* pela média dos dados válidos da variável em questão. O grande

---

<sup>1</sup> As mulheres com família completa (todos os filhos juntos da mãe) em grande parte são brancas, mais novas, com uma escolaridade mais alta, trabalham em atividades mais qualificadas e com um maior nível de renda. Ao contrário, as mulheres com família incompleta em grande parte são negras, mais velhas, com menos anos de estudo, trabalham em atividades menos qualificadas e com um nível de renda menor.

problema desse método é que todos os *missing* recebem o mesmo valor médio, o que faz com que a variância da variável em questão se reduza artificialmente. Além disso, essa alternativa faz com que a relação dessa variável com as outras variáveis do banco de dados diminua.

Uma alternativa para solucionar a presença de *missing* em um banco de dados é a imputação múltipla. Com esse instrumental, os dados *missing* são produzidos a partir dos valores encontrados em outras variáveis. Um aspecto a ser ressaltado é que os valores produzidos a partir de um modelo de imputação múltipla não têm o objetivo de se tornar o valor real, mas têm o objetivo de garantir a variabilidade da população preservando as correlações com as outras variáveis. A criação de “*imputs*” é apenas um mecanismo capaz produzir um banco de dados com todas as informações. Essa solução seria conveniente se os *missing* não fossem observados nas variáveis dependentes, como é o nosso caso. Não podemos utilizar as características das variáveis independentes para estimar os *imputs* das variáveis dependentes para depois correlacioná-las, novamente, com as mesmas variáveis independentes que a geraram.

Diante das dificuldades metodológicas para se adequar as mulheres com informações incompletas sobre a sua parturição, optamos por utilizar a sub-amostra de mulheres de família completa (as mulheres com todas as informações referentes à sua parturição identificada). Assumimos as restrições impostas por essa sub-amostra, ou seja, abrimos mão da possibilidade de expandir nossos resultados para todo o Brasil em troca da possibilidade de se avançar nos estudos sobre a participação da mulher no mercado de trabalho e a fecundidade, utilizando a história de nascimento.

O passo seguinte a essa escolha, foi colocar as informações da idade de todos filhos presentes na família, em ordem decrescente, na linha da mãe. Esse procedimento foi utilizado para determinar as idades das mulheres ao terem seus filhos. Subtraímos da idade da mãe, a idade do filho, determinando, com isso, a idade da mãe ao ter os filhos, por ordem de nascimento (até 5 filhos e mais). Após todos esses procedimentos, retiramos do banco de dados todas as mulheres com filhos gêmeos e as mulheres cuja idade ao ter o primeiro filho não fosse 15 anos ou mais. Esse procedimento reduziu a nossa amostra em 0,16%.

O nosso banco de dados ficou constituído por 11.744.283 mulheres entre 30 e 45 anos de idade, com ou sem filhos, responsáveis pela família ou cônjuges.

#### **4- Resultados e conclusões**

Neste tópico iremos apresentar, de maneira descritiva, como se comporta a fecundidade das mulheres entre 30 e 45 anos, com todos os filhos presentes na família, segundo o status ocupacional. Esta apresentação abordará os aspectos referentes a TFT, ao número de filhos tidos, à idade da mulher ao tê-los e ao intervalo intergenésico.

Aplicando o exercício proposto por PRESTON, HEUVELINE e GUILLOT (2001), calculamos as TFT's do nosso segmento populacional, segundo o status ocupacional, utilizando o método da PPR (*parity progression ratio*). A princípio, esse método é utilizado para coortes com o ciclo reprodutivo encerrado. Apesar disso, acreditamos que a aplicação dessa metodologia em nosso estudo permite uma aproximação robusta das TFT's, uma vez que “nossas mulheres” estão praticamente encerrando o ciclo reprodutivo. A informação necessária para a construção destas taxas é o número de mulheres em cada ordem de parturição. Os demais valores utilizados são derivados dessa informação.

A TFT encontrada para o grupo de mulheres ocupadas foi de 1,94 e para as mulheres não-ocupadas foi de 2,34. Como podemos observar, a TFT entre as mulheres

ocupadas é menor, o que reforça o argumento que defende o trabalho como uma das motivações para o controle mais efetivo da fecundidade.

A TAB. 1 descreve a distribuição percentual das mulheres da nossa amostra segundo o tamanho de sua parturição e status ocupacional. O primeiro ponto a ser destacado é a coincidência dos valores referentes à parturição de tamanho 2 para as mulheres ocupadas e não-ocupadas. Este resultado confirma a preferência das mulheres em ter dois filhos. Apesar desta coincidência, os demais valores mostram um comportamento distinto entre os dois grupos.

Entre as mulheres ocupadas, 35,7 % têm uma parturição 0 ou 1, enquanto que entre as não-ocupadas esse valor é de 23,87 %. Em relação as parturições mais elevadas, o comportamento se inverte. Entre as mulheres ocupadas, 27,2 % têm 3 filhos e mais, enquanto que entre as mulheres não-ocupadas 37,66 % têm 3 filhos e mais. Destacamos que o maior *gap* entre esse dois grupos ocorre na parturição 0. Um indicativo de que entre as mulheres inseridas no mercado de trabalho há uma tendência maior em se evitar filhos.

TABELA 1 - Distribuição percentual da parturição das mulheres entre 30 e 45 anos, com todos os filhos presentes na família, segundo o status ocupacional (Ano 2000)

Parturição	Mulheres ocupadas	Mulheres não-ocupadas
0	12.41	5.87
1	23.30	18.00
2	37.08	38.46
3	18.66	23.35
4	5.26	8.12
5 e mais	3.28	6.19
Total	100	100

Fonte: Microdados do censo populacional, IBGE (2000)

A TAB. 2 representa a distribuição da idade média das mulheres de nossa amostra ao terem seus filhos, segundo a ordem de nascimento e o status ocupacional. Podemos observar que há uma pequena diferença entre os dois grupos de mulheres. Até o segundo filho, a idade média é maior entre as mulheres ocupadas. No terceiro filho a idade média é igual para ambos os grupos. A partir do quarto filho, a idade média é maior entre as mulheres não-ocupadas. Para as mulheres em idade reprodutiva, isto é, entre 15 e 49 anos, a idade média da fecundidade em 2000 era de 26,65 anos; para as mulheres ocupadas 26,92 anos e para as mulheres não-ocupadas, 26,39 anos.

TABELA 2 - Idade média das mulheres entre 30 e 45 anos, com todos os filhos presentes na família, ao terem seus filhos, segundo a ordem de nascimento e o status ocupacional (Ano 2000)

Ordem de nascimento	Mulheres ocupadas	Mulheres não-ocupadas
1	23.94	23.55
2	26.53	26.34
3	27.94	27.94
4	28.85	29.00
5	29.99	30.18

Fonte: Microdados do censo populacional, IBGE (2000)

Em relação ao espaçamento entre as ordens de parturição, a TAB. 3 indica que apesar do espaçamento ser maior entre as mulheres ocupadas, a diferença em relação às mulheres não-ocupadas é bastante modesta, o que revela um comportamento reprodutivo bastante próximo, no que se refere ao momento de se ter os filhos.

TABELA 3 - Espaçamento entre os nascimentos dos filhos das mulheres entre 30 e 45 anos, com todos os filhos presentes na família, segundo a ordem de nascimento e o status ocupacional (Ano 2000)

Intervalo	Mulheres ocupadas	Mulheres não-ocupadas
Até o primeiro filho♣	8.94	8.55
Entre o 1 e 2 filho	3.77	3.71
Entre o 2 e 3 filho	3.69	3.64
Entre o 3 e 4 filho	3.20	3.15
Entre o 4 e 5 filho	2.85	2.82

Fonte: Microdados do censo populacional, IBGE (2000)

♣O cálculo foi realizado tendo como idade inicial da parturição a idade de 15 anos.

Podemos observar através dos dados das TABs. 1, 2, 3 que o comportamento da fecundidade das mulheres entre 30 e 45 anos de nossa amostra tem algumas especificidades. Em relação à parturição, a diferença entre as mulheres ocupadas e não-ocupadas é bastante clara. As mulheres que trabalham têm menos filhos que as mulheres que não trabalham. Em relação ao tempo da fecundidade, as diferenças entre as mulheres ocupadas e não-ocupadas não é tão marcante quanto as diferenças observadas em relação à parturição. A idade média das mulheres ao terem seus filhos, segundo a ordem de nascimento, não apresenta grandes variações. Ao contrário, as diferenças são pouco significativas, chegando a um mês de diferença. Um comportamento interessante é que nas primeiras ordens de nascimento as mulheres ocupadas têm seus filhos mais velhas que as mulheres não-ocupadas. Esta situação se inverte quando observamos as ordens de nascimento mais elevadas. Outro aspecto a se destacar se refere ao espaçamento entre os nascimentos. Em todas as passagens de parturição, isto é, da parturição 0 para 1, 1 para 2 e assim sucessivamente, as mulheres ocupadas “gastam” mais tempo se comparadas com as mulheres não-ocupadas. Não obstante, essas diferenças são mínimas, o que praticamente garante o mesmo padrão em relação ao tempo da fecundidade para esses dois grupos de mulheres. As semelhanças encontradas na idade ao ter os filhos e no intervalo intergenésico entre as mulheres ocupadas e não-ocupadas vão de encontro aos argumentos que defendem a existência de uma forte diferença em relação ao nível e ao padrão da fecundidade entre as mulheres que trabalham e não trabalham. (VILLAREAL, 1996; UNITED NATIONS, 1985).

A partir destes resultados, optamos por subdividir<sup>2</sup> a ocupação da mulher em nível superior, médio, manual e doméstica, com o objetivo de testar estas informações. Em relação às TFT's<sup>3</sup>, podemos observar que quanto mais especializada a ocupação da mulher, menor o número médio de filhos. Para as mulheres em ocupações de nível superior, a TFT era de 1,53, para as mulheres em ocupações de nível médio a TFT era de 1,68, para as mulheres em ocupações manuais, a TFT era de 2,15 e para as

<sup>2</sup> Os subgrupos ocupacionais foram construídos a partir da variável código antigo da ocupação do censo 2000 do IBGE. A agregação das diversas categorias ocupacionais em um dos quatro grandes grupos levou em consideração a exigência de um saber formal para exercer a profissão e a descrição das atividades realizadas por cada uma das ocupações.

<sup>3</sup> O procedimento utilizado no cálculo da TFT foi o PPR proposto por Preston et al. (2001).

empregadas domésticas a TFT era de 2,22. Esse comportamento reflete os argumentos teóricos que defendem a idéia de quanto mais qualificada a ocupação da mulher menor a sua parturição.

A TAB. 4 apresenta a distribuição percentual da parturição, segundo a ordem de nascimento e o subgrupo ocupacional, das mulheres de nossa amostra. Podemos perceber nessa tabela uma clara tendência em relação à distribuição da parturição das mulheres de nossa amostra, segundo o subgrupo ocupacional. Quanto mais especializada a ocupação, maior a concentração de mulheres nas parturições 0 e 1. Para o grupo de mulheres em ocupações de nível superior, quase 20% não possuem filhos. Por outro lado, quanto menos especializada a ocupação, maior a porcentagem de mulheres com uma parturição de ordem 3 e mais.

TABELA 4 - Distribuição percentual da parturição das mulheres entre 30 e 45 anos, com todos os filhos presentes na família, segundo as características da ocupação (Ano 2000)

Parturição	Ocupação de nível superior	Ocupação de nível médio	Ocupação manual	Trabalhadoras domésticas
0	19.67	15.62	8.88	8.27
1	26.19	27.02	20.99	20.35
2	37.94	37.90	37.20	34.11
3	14.01	15.01	21.07	23.44
4	1.82	2.98	6.87	8.76
5 e mais	0.38	1.47	4.99	5.06
Total	100	100	100	100

Fonte: Microdados do censo populacional, IBGE (2000)

Apesar desse comportamento distinto entre os grupos ocupacionais, podemos verificar que existe uma coincidência em relação à parturição de ordem 2. Excetuando as trabalhadoras domésticas que têm um percentual um pouco menor em relação as demais, todos os outros três grupos têm um percentual praticamente idêntico.

A TAB. 5 apresenta a idade média ao ter os filhos segundo a ordem de nascimento e o subgrupo ocupacional. Ao desagregarmos a ocupação em níveis mais específicos, as diferenciações em relação ao tempo da fecundidade ficam mais evidentes. Quanto mais qualificada a ocupação maior a idade ao ter os filhos.

TABELA 5 - Idade média das mulheres entre 30 e 45 anos, com todos os filhos presentes na família, ao terem seus filhos, segundo a ordem de nascimento e o subgrupo ocupacional. (Ano 2000)

Ordem de nascimento	Ocupação de nível superior	Ocupação de nível médio	Ocupação manual	Trabalhadoras domésticas
1	25.96	24.95	23.13	22.50
2	28.36	27.50	25.92	25.20
3	29.76	28.75	27.60	27.11
4	30.45	29.45	28.71	28.54
5	31.19	30.42	29.93	29.82

Fonte: Microdados do censo populacional, IBGE (2000)

A TAB. 6 complementa os dados mostrados pela TAB. 5. Quanto mais qualificada a ocupação, maiores são os intervalos entre os nascimentos. Devemos destacar que a grande diferenciação ocorre no primeiro nascimento. Nas demais ordens de nascimento, as diferenças entre os intervalos intergenésicos são mínimas. A constatação deste comportamento nos leva a crer que a idade ao ter o primeiro filho pode ser determinante na parturição final da mulher, uma vez que quanto maior a postergação, menores são as chances de se ter um filho.

TABELA 6 - Espaçamento entre os nascimentos dos filhos das mulheres entre 30 e 45 anos, com todos os filhos presentes na família, segundo a ordem de nascimento e o subgrupo ocupacional (Ano 2000)

Intervalo	Ocupação de nível superior	Ocupação de nível médio	Ocupação manual	Trabalhadoras domésticas
Até o primeiro filho♣	10.93	9.90	8.07	7.43
Entre o 1 e 2 filho	3.74	3.91	3.84	3.75
Entre o 2 e 3 filho	3.86	3.75	3.68	3.61
Entre o 3 e 4 filho	3.43	3.24	3.17	3.21
Entre o 4 e 5 filho	3.19	2.92	2.82	2.90

Fonte: Microdados do censo populacional, IBGE (2000)

♣O cálculo foi realizado tendo como idade inicial da parturição a idade de 15 anos.

Comparando as informações das mulheres em seus subgrupos ocupacionais (TAB.6) com as informações das mulheres não-ocupadas (TAB.3), observamos um comportamento diferenciado em relação ao tempo da fecundidade. As mulheres em ocupações mais qualificadas postergam o nascimento de seus filhos, em comparação com as não-ocupadas. Já as mulheres em ocupações manuais têm praticamente o mesmo comportamento das mulheres não-ocupadas, ao passo que as mulheres alocadas nas atividades domésticas têm seus filhos mais cedo do que as mulheres não-ocupadas. Este fato não é observado quando comparamos o grupo de mulheres ocupadas com o grupo de mulheres não-ocupadas. Em ambos os casos, encontramos praticamente a mesma idade ao ter os filhos e o mesmo intervalo intergenésico entre as cinco ordens de nascimentos. Ou seja, quando desagregamos a variável ocupação em subgrupos distintos, as diferenças em relação ao tempo da fecundidade se revelam.

De acordo com os nossos resultados, podemos afirmar que o fato da mulher estar trabalhando não garante que ela terá um regime reprodutivo totalmente diferenciado das mulheres que não trabalham. Encontramos uma grande diferença em relação ao nível da fecundidade, mas quando comparamos a idade ao ter os filhos e o intervalo intergenésico, não constatamos diferenças dignas de nota, ou seja, as estratégias em relação ao tempo da maternidade se mostraram semelhantes entre esses dois grupos de mulheres. Entretanto, ao desagregarmos o grupo de mulheres ocupadas em 4 subgrupos ocupacionais (superior, médio, manual e doméstico), a diferença em relação ao nível da fecundidade das mulheres não-ocupadas se manteve. Em todos os 4 subgrupos percebemos uma TFT menor do que a TFT das mulheres não-ocupadas. Ao mesmo tempo, encontramos também diferenças em nível dos subgrupos. Em relação à idade ao ter os filhos e ao intervalo intergenésico, observamos a existência de diferenças significativas entre as mulheres ocupadas nos setores mais especializados e as mulheres não-ocupadas. Outra observação interessante se refere às mulheres ocupadas nas

atividades domésticas. Esse grupo, em geral, tem seus filhos mais cedo do que as mulheres não-ocupadas, com um intervalo intergenésico menor.

Podemos concluir, neste primeiro momento, que as diferenças mais significativas quando se estuda a fecundidade a partir da perspectiva do trabalho feminino ocorrem em relação ao nível da fecundidade. Em relação à estrutura da fecundidade, foi necessária uma desagregação da ocupação para podermos perceber as variações no tempo. Ao lançarmos mão dessa estratégia, observamos a importância da idade ao ter o primeiro filho na parturição final. Os grupos de mulheres em ocupações superiores, por exemplo, tinham a idade média ao ter o primeiro filho maior e a menor taxa de fecundidade. Ou seja, podemos supor que quanto maior a postergação do nascimento do primeiro filho, menor a parturição.

Um outro aspecto importante a ser destacado se refere ao intervalo intergenésico das parturições 2 em diante. Independentemente da situação ocupacional da mulher e do tipo de trabalho desenvolvido por ela, os valores destes intervalos, em anos, são bastante próximos. Ou seja, mais uma vez o que vai afetar a parturição é o momento do nascimento do primeiro filho. Essas observações são válidas quando desdobramos as ocupações em diversos subgrupos. Ao juntarmos em um único grupo as mulheres ocupadas, a relevância do tempo desaparece, isto é, não observamos importantes diferenciações entre as idades ao ter os filhos e nem em relação ao intervalo intergenésico, o que mostra que a agregação das mulheres no grupo das ocupadas mascara o real efeito da ocupação. Ou seja, a variável determinante não é trabalho/não trabalho, mas o tipo de ocupação. Resta-nos saber se estas diferenças não podem ser explicadas apenas pelas variáveis socioeconômicas.

Essa conclusão é importante para elucidarmos a dinâmica reprodutiva das mulheres porque nos remete a um outro ponto do debate. Como os nossos subgrupos ocupacionais estão diretamente ligados à escolaridade da mulher, é razoável supor que a educação possa ter um papel mais importante do que a ocupação em si, uma vez que não existem diferenças significativas entre o tempo da fecundidade das mulheres ocupadas e não-ocupadas.

## 5- Bibliografia

BUDIG, Michelle J. Are women's employment and fertility histories interdependent? an examination of causal order using event history analysis. **Social Science Research**, v.32, n.3, p.376-401, 2003.

CHESNAIS, Jean-Claude. Determinants of below-replacement fertility. **Population Bulletin of United Nations**, n.40-41, p.126-136, 1999.

FONG, Monica S. Female labor force participation and fertility: some methodological and theoretical considerations. **Social Biology**, v.23, n.1, p.45-54, 1976.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 725p.

MIRANDA-RIBEIRO, Adriana O efeito tempo e as tendências da fecundidade brasileira: uma aplicação do modelo de Bongaarts & Feeney. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu, MG. **Anais**. Campinas: ABEP, 2004. 1 CD-ROM

NAMBOODIRI, K., WEI, L. Fertility theories and their implications regarding how low can low fertility be. **Genus**, v.54, n.1-2, p.7-55, 1998.

PASTORE, José, VALLE SILVA, Nelson do. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000. 98p.

PRESTON, Samuel H., HEUVELINE, P., GUILLOT, M. **Demography**: measuring and modeling population processes. Malden, MA: Blackwell, 2001. 291p.

SCHOEN, Robert. Insights from parity status life tables for the 20th century U.S. **Social Science Research**, v.35, n.1, p.29-39, Mar. 2006.

SOARES, Sergei, IZAKI, Rejane S. **A participação feminina no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 22p. (Texto para discussão, 923)

UNITED NATIONS. **Women's employment and fertility**: a comparative analysis of world fertility survey results for 38 developing countries. New York: United Nations, 1985. 96p. (Population studies, n.96)

UNITED NATIONS. **World population prospect**: the 2000 revision New York: United Nations, 2002. 269p. v.3: analytical Report.

VILLARREAL, Marcela. Women's economic activities and fertility: overview of the interactions and policy implications. In: UNITED NATIONS EXPERT GROUP MEETING ON POPULATION AND WOMEN, 1992, Gaborone, Botswana. **Population and women**. New York, USA: United Nations, 1996, p.301-311.